



O CONSERVADORISMO NO BRASIL: REFLEXÕES ACERCA DA QUESTÃO RACIAL, EDUCAÇÃO E ATIVISMO

Elaine Cristina Locan¹

Carmen Corato²

Monique Cruz³

Resumo: O trabalho que se segue foi um esforço de trazer em breves linhas a história de África e afro-brasileira. Levanta sumariamente questões acerca do continente africano, em especial a África Subsariana; sobre a colonização brasileira; as favelas como espaços de produção e de produtores de conhecimento; a implementação da Lei 10.639/ 03; e o ativismo político da população negra como via para ampliação aos direitos de cidadania.

Palavras-chave: história de África e afro-brasileira; racismo; educação; e ativismo político.

THE CONSERVATISM IN BRAZIL: REFLECTIONS ON THE RACIAL ISSUE, EDUCATION AND ACTIVISM

Abstract: These work was an effort to bring in brief lines the history of Africa and Afro-Brazilian. It briefly raises questions about the African continent, especially Sub-Saharan Africa; On the Brazilian colonization; The favelas as spaces of production and producers of knowledge; The implementation of Law 10.639 / 03; And the political activism of the black population as a way to expand the rights of citizenship.

Key-words: history of Africa and afro-brazilian; racism; education; and political activism.

LE CONSERVATISME AU BRÉSIL: REFLEXIONS SUR LA QUESTION RACIALE, L'ÉDUCATION ET L'ACTIVISME

Résumé: Le travail qui a suivi a été un effort pour mettre en lumière l'histoire de l'Afrique et de l'Afro-Brésilien. Il soulève brièvement des questions sur le continent africain, en particulier l'Afrique subsaharienne; sur la colonisation brésilienne; les favelas en tant qu'espaces de production et producteurs de connaissances; la mise en œuvre de la loi 10.639 / 03; et l'activisme politique de la population noire comme un moyen d'élargir les droits de la citoyenneté.

Mots-clés: histoire de l'Afrique et afro-brésilien; le racisme; l'éducation; et l'activisme politique.

EL CONSERVADURISMO EN BRASIL: REFLEXIONES ACERCA DE LA CUESTIÓN

¹ Mestranda em Serviço Social na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2017-2019).

² Mestranda em Serviço Social na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Colunista no site da Agência Nacional de Favelas; e Componente do Coletivo de Mulheres Afroindígenas Zacimba Gaba.

³ Pesquisadora em Violência Institucional e Segurança Pública da organização Justiça Global. Componente do movimento de favela Fórum Social de Manguinhos e do Coletivo de Mulheres Afroindígenas Zacimba Gaba. Membro do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (mandato 2017-2019).



RACIAL, EDUCAÇÃO Y ACTIVISMO

Resumen: El trabajo que sigue es el esfuerzo de traer en breves líneas la historia de África y afro-brasileña. Plantea sumariamente cuestiones acerca del continente africano, en especial África Subsahariana; sobre la colonización brasileña; las favelas como espacio de producción y de productores de conocimiento; la implementación de la Ley 10.639/ 03; y el activismo político de la población negra como vía para la ampliación de los derechos asociados a la ciudadanía.

Palabras-clave: historia de África y afro-brasileña; racismo; educación; y activismo político.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um breve panorama sobre as reflexões acerca do racismo como componente estrutural do capitalismo brasileiro e como forma de manifestação deste, a privação dos direitos sociais à população negra. Dentro deste campo, traz como centralidade o não acesso à educação de qualidade e a Lei 10.639/ 03 como uma importante ferramenta para a democratização da educação haja vista o protagonismo na população negra como produtores de saberes.

No primeiro tópico fizemos uma curta incursão sobre conhecimentos acerca do continente africano, com objetivo de evidenciar fatos historicamente invisibilizados. Procuramos trazer algumas características populacionais, culturais e destacá-las como berço da produção do conhecimento mundial desde tempos idos.

Em seguida, trouxemos a escravização a partir do que ela realmente foi: o maior holocausto já ocorrido em todo o globo. Apontamos quais foram os impactos à população sequestrada da África e à população nativa dessas terras, e como esse processo de violência se manifesta na atualidade, donde procuramos ressaltar a necessidade de romper com esse ciclo de velamento da real história da população brasileira e demonstrar que as negras e os negros possuem muitas histórias a contar a partir de sua própria narrativa.

Destacamos que as duas últimas décadas, com a ampliação do acesso à educação superior por via das cotas, tem instrumentalizado pesquisadoras negras e negros oriundos de favela a questionar o local aos quais submetem os moradores desses locais nas pesquisas desenvolvidas e coordenadas pelas universidades, para apontar que os verdadeiros protagonistas assumam o seu papel em todas as etapas: no ensino, na



pesquisa e na extensão, apontando que historicamente os favelados são produtores de conhecimento e que reivindicam tal reconhecimento.

Por fim, apresentamos a Lei 10.639/ 03 como uma imprescindível ferramenta e conquista para o acesso ao ensino de qualidade nas redes pública e privada nos segmentos fundamental e médio, que obriga constar o conteúdo sobre a história de África e afro-brasileira, e como esse passo contribui para o fortalecimento da subjetividade da população negra e para a produção de conhecimento desse público.

ENTENDENDO O BRASIL: A SABER UM POUCO SOBRE ÁFRICA

Abordar a história do Brasil necessariamente implica dizer que há a necessidade de falar da história da África e da história Afro-brasileira. Pode parecer óbvio tal afirmação, no entanto, isso se torna factível do ponto de vista jurídico, e é importante ressaltar que é somente do ponto de vista jurídico, pois somente no ano de 2003, com a Lei 10.639.⁴ o ensino se torna obrigatório na rede pública e privada de educação do ensino fundamental e médio.

A história brasileira que mesmo após a Lei 10.639, ainda é trabalhada na grade curricular seja do ensino fundamental, do médio e ou da graduação⁵ – e essa última se relaciona à formação de docentes que trabalham esse conteúdo nas escolas públicas e privadas –, quando abordam qualquer tema sobre África remetem apenas ao processo de escravização desses povos nas Américas. Ainda que seja um fato, e queremos ressaltar, um fato de sequestro, de roubo e de extremo desrespeito a essa população, não é só esse conteúdo que se pode falar do Continente Africano.

Esse trajeto de aproximação da história de África já se inicia pelo desconhecimento de que é um continente - e não um país -, com trinta milhões de quilômetros quadrados de superfície, com uma população de mais de seiscentos milhões de habitantes em variadas civilizações, incontáveis etnias e línguas e de culturas também diferentes. A partir dos anos de 1960-70, quando se iniciam as lutas por independências dos países europeus – e as consequentes vitórias -, passou a existir uma

4 Que dentre outros, consta no artigo 26-A: Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

5 Basta recorrer a artigos que já foram produzidos acerca da questão posta.



divisão geopolítica, sendo a África Árabe e a África Subsariana, onde nessa última se concentra a maior parte da população negra, portanto, é dela que se originaram os povos sequestrados e escravizados nas Américas.

A história da África fora de desenvolvimento social, cultural, econômico e político até o século XVI quando os processos foram interrompidos pelos europeus com uso de armamento bélico submetendo aqueles povos à escravidão. Não foi um processo “civilizatório”, tampouco de conhecimento trazido pelos europeus que submeteram os africanos, e sim por imposição das forças armadas. Ali, o desenvolvimento da arte, da filosofia, da matemática e outras, se dera num modo articulado entre elas que correspondia às respectivas necessidades e não se configurava de forma fragmentada como é na ciência ocidental (Cunha Junior, 2017).

São inúmeras as contribuições da cientificidade africana para a população mundial, no entanto, elas estão invisibilizadas pelo pensamento elitista/ branco europeu, que, no período das invasões queriam justificar por uma suposta superioridade intelectual (e sabemos que foi bélica), para em seguida quererem justificar pela via da supremacia biológica, que amalgamadas, resultou no racismo moderno, que se reveste de formas variadas nos ditos países periféricos (Moura, 1994).

A consequência séria e imediata do racismo - além da arbitrariedade das formas de violências com nossos corpos, tema ao qual não adentraremos, haja vista o objetivo deste artigo - no campo da produção do conhecimento é a desqualificação da produção intelectual das pensadoras e dos pensadores negros – sejam elas acadêmicas ou não.⁶ Por vezes essa desqualificação se dá abertamente, como por exemplo, quando nossos escritos são colocados estritamente como forma de depoimento e/ ou relatos de vida. Ainda que defendamos essa forma de escrita como documentos científicos, é preciso que sejam colocados com a devida contextualização do porque assim produzimos, ou seja, os utilizamos como denúncias das violências por nós sofridas, ou até mesmo, como forma de transmitir saberes às gerações vindouras. Em outros momentos, acontece de forma mais “discretas”, como a não aprovação de artigos em revistas renomadas, em congressos, seminários, que em geral, a avaliação afirma que o tema abordado não está

⁶ E aqui nos referimos à elaboração de Collins (2016).



coerente com o eixo temático, ou por uma suposta ausência de fundamentação teórica etc.

A padronização da forma de escrita está encerrada nos muros das universidades, que é o ambiente reconhecido de produção científica, pois é nesse espaço que são validados ou não o conhecimento produzido, herança essa do movimento Iluminista⁷ ocorrido na Europa no século XVIII, que foi um intenso embate entre as formas mitológicas de compreensão do mundo e a ascendente razão, que desde então passou a ser forma válida de explicar o real.

A partir de então, a razão moderna ocidental passou a ser aceita como a forma de concepção de mundo válida, que exige a leitura/estudo, escrita e exposição do que se produz sob determinadas regras, método, metodologia, que no Brasil pode ser encontrada a partir dos documentos sistematizados da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Isto equivale a dizer que toda a produção de conhecimento fora desses padrões são tidos como saber popular, religioso ou arte – menos gnose – o que inclui a tradição oral utilizadas pelos povos africanos, que de fato é uma forma de transmissão de conhecimento socialmente produzido.

Portanto, não é acidental essa invisibilidade dada aos saberes dos povos originários de África, faz parte do pacote racista dos povos europeus e eurocêntricos (Moura, 1994). Eis que se explica o velamento da história de nossos ancestrais africanos, que necessariamente se associa com a história do Brasil, para assim constituir a história afro-brasileira, sem uma não se explica a outra. Ao menos essa tem sido a bandeira de lutas da população negra diaspórica, do reconhecimento da nossa cultura como um todo. Sempre foi e continua sendo nossa tarefa resgatar esses pensamentos, pois são os fundamentos teóricos para as nossas produções atuais e futuras. No Brasil, assim como em outros países, existe desde os que aqui estavam – os povos indígenas⁸ – e os que aqui chegaram – os africanos e africanas – um movimento de resistência e de permanência da cultura africana e afro-brasileira que busca dar visibilidade a toda essa

7 Utilizamos aqui o entendimento dado por Rouanet (1987, p. 28) “[...] propus o uso do termo Iluminismo para designar uma tendência intelectual, não limitada a qualquer época específica, que combate o mito e o poder, a partir da razão”.

8 Lutam assiduamente para manter suas culturas vivas, com maior aglomeração numérica na região Norte do país, e que infelizmente não adensaremos pela linha que estamos abordando nesse sintético trabalho.



produção, ao mesmo tempo incentivar novas produções intelectuais numa acepção de que nossos passos vem de longe.

UM BREVE INCURSO À HISTÓRIA NÃO CONTADA DO BRASIL

É de nossa sabedoria que o processo de invasão dos europeus – no caso do Brasil principalmente pelos portugueses – e a forma como temos acesso a esse período é quase uma fábula.⁹, somado a um romantismo e idiotização dos povos aqui encontrados. Basta recorrermos aos livros didáticos com passagens dizendo que os índios trocavam ouro por espelhos, e ainda que seja verdade, a questão de fundo não está na troca dessas mercadorias, mas sim dos diferentes valores postos entre um povo e outro. Aos povos originários dessa terra de Pindorama a natureza não tinha valor de troca, não era vista como riqueza a ser acumulada e sim meios naturais de assegurar suas necessidades vitais, bem como a fruição; enquanto para os europeus, vindos como aves de rapina, prontos a furtar tudo que estava nessa terra, viram a oportunidade de edificar suas nações através do ouro de alhures. Essa deve ser considerada a primeira parte da história negada¹⁰

Ordenado o colonialismo através do racismo, as nações dominantes sentiram-se à vontade para o saque às colônias e para as razias mais odiosas nas regiões da Ásia, América Latina, África e Oceania e para agir contra todos os que compunham as multidões de desamparados e anônimos da história. Não só roubaram-lhes as riquezas, mas suas culturas, crenças, costumes, língua, religião, sistemas de parentesco e tudo o que durante milênios esses povos constituíram, estruturaram e dinamizaram (Moura, 1994, p. 05).

A segunda é a história dos povos africanos, que foram trazidos a força e tiveram todos seus vínculos familiares¹¹ e afetivos brutalmente rompidos, para tornarem-se mercadoria nessas terras. Violência essa que fora desde essa ruptura, e que se estende à travessia pelo Oceano Atlântico e se intensifica com a chegada em terra firme. Pesquisas

9 Composição, geralmente em verso, em que se narra um fato cuja verdade moral se oculta sob o véu da ficção.

10 Não estamos apontando valoração alguma na ordem que expomos a história não contada, apenas sinalizamos primeira e segunda forma por causa da cronologia dos fatos que a cada um competem.

11 Inclui as mais variadas formas de família encontradas em África.



revelam que foram em torno de 4,9 milhões de africanos sequestrados e lançados à sorte aos compradores de sua força de trabalho¹², sendo que muitos morreram nessa desumana travessia oceânica (Andrade, 2017).

Ainda que tenhamos de forma escamoteada essas informações nas escolas, a questão é que elas param aí, para em seguida sofrer um salto ontológico¹³ até alcançar a romântica abolição da escravatura “cedida” pela então princesa Isabel, em 1888. Entre o período da chegada e da abolição – mais de três séculos de escravização – aparentemente não ocorre nada de significativo aos olhos dos pensadores eurocêntricos que possa ser qualitativa e quantitativamente registrado na história do Brasil. Na maré contrária dizemos que existe sim toda uma história de vida, resistência, luta e de produção cultural de nossos ancestrais a ser divulgada.

Esse ocultamento faz parte do racismo, que dentre suas manifestações está a dominação, que de acordo com Moura (1994, p. 02):

O racismo tem, portanto, em última instância, um conteúdo de dominação, não apenas étnico, mas também ideológico e político. É por isso ingenuidade, segundo pensamos, combatê-lo apenas através do seu viés acadêmico e estritamente científico, uma vez que ele transcende as conclusões da ciência e funciona como mecanismo de sujeição e não de explicação antropológica.

O enfrentamento que deve ser dado ao racismo não se encontra somente no campo do saber, mas se dá também na política, nas suas formas ideológicas e no campo econômico. Uma pesquisa séria e comprometida com a população negra não poderia deixar de evidenciar que o racismo é um dos pilares do desenvolvimento do capitalismo no Brasil – em sua forma periférica – porém, o que vemos corriqueiramente é que nesse país vive-se o mito da democracia racial¹⁴, provocada pelo processo de miscigenação

12 Não há hoje um consenso entre os pesquisadores quanto ao número de pessoas escravizadas trazidas de territórios africanos, o Relatório Parcial da Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil afirma que esse número pode variar de 4 a 8 milhões de pessoas.

13 Parafraseando Lukács (2007), onde esse autor se refere ao salto dado pelo ser inorgânico ao ser orgânico.

14 Gomes (2012, p.56) é uma das autoras, que além de Abdias Nascimento, apresenta o conceito de *democracia racial* segundo ela “[...] A sociedade brasileira, ao longo do seu processo histórico, político, social e cultural, apesar de toda violência do racismo e da desigualdade racial, construiu ideologicamente um discurso que narra a existência de uma harmonia racial entre negros e brancos. Tal discurso consegue desviar o olhar da população e do próprio estado brasileiro das atrocidades cometidas contra os africanos escravizados no Brasil e seus descendentes, impedindo-os de agirem de maneira contundente e eficaz na



forçada (Nascimento, 1978), o que escamoteia e tem por razão direta o processo de genocídio dessa população desde sua chegada até os dias atuais.

Moura (1994) destaca que o racismo desenvolvido após as invasões coloniais se justificou como forma de “civilizar” os povos “bárbaros”, donde os últimos estariam se beneficiando de tais colonizações. É um racismo que nasce com o modo de produção capitalista que busca a ciência para justificar suas ações, somada à teoria do mais apto a sobreviver permanece – e nesse caso os brancos europeus –, nas palavras do autor: “exatamente nesta confluência do capitalismo com as doutrinas biológicas da luta pela vida e a sobrevivência do mais apto, que o racismo se apresenta como corrente científico”. (Moura, 1994, p. 03). Surge então, a ideia de raça como chave da história

O autor afirma ainda que o racismo moderno tem seu berço na Inglaterra e na França e seu pleno desenvolvimento com o nazismo alemão, no chamado Terceiro Reich entre 1933 a 1945, sob a liderança de Adolf Hitler. Adverte que o racismo moderno é uma arma de dominação ideológica entre os países imperialistas em escala global, e que se manifesta nas periferias como dominação de classes (Moura, 1994). Basta verificar em nossa história recente a explicação do êxito para a acumulação de capitais através do sistema colonial, donde os povos tradicionais foram massacrados (belicamente ou com doenças transmitidas pelos “civilizados europeus”) e em substituição, trouxeram a força de trabalho dos povos africanos.

No processo de colonização estavam postos interesses econômicos das nações europeias e sua consequente partilha do mundo entre si, e não interessava a eles de que maneira se daria essa partilha. Foi uma corrida pelo enriquecimento à custa das vidas dos povos submetidos. O pensamento à época, em sua maioria, saiu em defesa dessas colonizações, como se fossem levar cultura aos aculturados, um papel amplamente desenvolvido pela antropologia – mas não somente, ainda que haja uma vertente crítica entre os antropólogos

[...] essa antropo-sociologia era reflexo e rescaldo de uma competição sociopolítica entre as nações da Europa. Era, por isso mesmo, uma ciência eurocêntrica. Com a instalação e o dinamismo do sistema colonial e seu

Superação do racismo [...]



desdobramento imperialista, ela se estende ao resto do mundo e aí procura ter uma visão mais abrangente e sistemática, unindo todas as diferenças étnicas europeias em um bloco compacto – o branco –, que passa a se contrapor ao restante das populações não civilizadas, dependentes, e racialmente diversas das matrizes daquele continente. Não se cogita mais nas diferenças entre o nórdico, o alpino, o mediterrâneo, que passam a ser, de modo genérico, componentes da raça branca. E essa raça tinha por questões de superioridade biológica o direito de tutelar os demais povos (Moura, 1994, p. 04-05).

O pensamento crítico – reconhecido – sobre o processo da escravização surgiu tardiamente no Brasil, em início do século XX, ainda que por vezes tenham sido elaborações que não correspondiam diretamente às lutas dos escravizados, mas de alguma maneira era uma abordagem a partir da visão dos “de baixo”.¹⁵ A título demonstrativo, vejamos alguns dos autores que abordaram o tema da escravização na formação socioeconômica do Brasil, onde se buscou destacar o veio analítico.

Para Gorender (1980), a ocupação do Brasil entra num contexto histórico, assim como todos os países latinos americanos em que os países colonizadores entravam, em um processo de ruptura com o modo de produção feudal. Desenvolvia-se a largos passos uma economia mercantilista e suas campanhas colonizadoras eram todas direcionadas à apenas exploração, com o objetivo de atender seus fins mercantilistas. O modo de produção que no Brasil foi aplicado se caracterizou como um “escravismo colonial”, voltado a atender à acumulação de capital que tornou a burguesia classe hegemônica.

Por outro lado, Prado Junior (2000) que teve por núcleo central de suas elaborações intelectivas a revolução brasileira, afirmava que o parco desenvolvimento das forças produtivas não estava associado à estrutura feudal fechada, mas por que os engenhos como instrumentos capitalistas de exploração eram rentáveis, e todo investimento era para atender este fim. E que a escravização que era o motor da produção no país, atendia aos interesses capitalistas, uma vez que desempenhava um duplo sentido: 1. O comércio negreiro que constituía uma atividade que gerava muitas divisas e 2. Por ser uma força de trabalho barata e necessária aos interesses capitalistas.

Obviamente que esses e outros pensadores tiveram sua contribuição nos estudos da formação socioeconômica do Brasil – e são reconhecidos por isso –, apenas

15 Elaboração de Florestan Fernandes (1980) que estava a falar por todos aqueles explorados pelas elites brasileira.



trouxemos esses trechos no intuito de ilustrar que até os pensadores que se colocavam ao lado das classes trabalhadoras não apontam a luta a partir de uma vertente racial – uma vez que os negros compunham, já naquela época, um número bastante significativo da população brasileira – como determinante para a revolução no país. E se o tema da questão racial e tampouco o racismo foram importantes para aqueles comprometidos com a revolução nacional popular, já de pronto imaginamos como se dera as produções intelectuais das elites conservadoras, que no seu limiar, resultou no processo de eugenia.¹⁶

O termo eugenia foi criado por Francis Galton, e que acreditava que o conceito de seleção natural de Charles Darwin também poderia ser aplicado aos seres humanos, e teve por ideal mostrar que a capacidade cognoscitiva era uma herança genética, o que justificaria os negros e qualquer outra “população não pura”, não o terem (Ferreira, 2017).

A eugenia também fora trazida para o Brasil através das elites brasileiras, marcando dessa forma o pensamento intelectual brasileiro nascedouro de uma tara elitista, num simulacro do que há de pior no pensamento europeu, em especial a eugenia alemã. A título ilustrativo, citamos a Liga da Higiene Mental, que propagava sem nenhum tipo de constrangimento, em 1923, a adesão ao arianismo ou a superioridade racional, tal como na Alemanha, ainda que se tenha iniciado pela aversão aos estrangeiros e posteriormente fora utilizada para as ditas “raças inferiores” e em maior número estava a população negra (Moura, 1994).

O projeto de eugenia brasileiro estava associado ao que denominavam de higiene social, que segundo seus representantes, as pestes no país tinham por originação os negros, e que por isso seria importante excluí-los para que se mantivessem somente os europeus puros. Embora nos dias atuais não se tenha uma bandeira eugenista, é possível observar o seu forte traço na sociedade brasileira, seja pelo racismo institucional, que na área da saúde se manifesta de forma evidente, basta-nos recorrer ao número de violências obstétricas entre mulheres negras e brancas; o índice de morte pela anemia falciforme (recorrente na população negra) e a anemia comum; o índice de morte

¹⁶ Consta no dicionário a seguinte definição: conjunto dos métodos que visam melhorar o patrimônio genético de grupos humanos; teoria que preconiza a sua aplicação.



mulheres negras e brancas vítimas de violência doméstica; e sem falar no extermínio da população jovem, que em sua maioria é negra e oriunda das periferias. Enfim, por todas as formas de negação de direitos sociais aos negros e negras, que configuram verdadeiras práticas genocidas.

Queremos destacar que todo esse processo de negação da cultura africana como componente fundamental da cultura brasileira, que denominamos de cultura afro-brasileira, deve ser entendido como um modo extremamente violento à população preta, pois negar a cultura de um povo é uma forma de tentar exterminá-lo e não nos resta dúvidas de que esse fora o projeto das elites brasileiras após a abolição da escravidão, pois não haveria mais necessidade da força de trabalho destes, uma vez que os migrantes europeus a substituiria.

No entanto, resistimos bravamente e cá estamos em pé e prontos sempre para o combate seja no enfrentamento diário de crimes raciais, seja nas nossas formas de produção e reprodução cultural. Desvendar esse sistema de ocultamento de toda produção das populações negras tem sido um exercício árduo e uma tarefa de primeira necessidade se se quer construir outra epistemologia, devendo essa ser orientada a não dominação ideológica, política, econômica e social, como o sempre foi em territórios de África.

Não se almeja uma epistemologia a partir do pensamento negro para reproduzir nenhum tipo de dominação, porém, há que se enfrentar o racismo, e não temos que ter ou preservar nenhum tipo de romantismo nesse enfrentamento, ao contrário, temos que aprofundar o encadeamento de se produzir um pensamento descolonial afro-brasileiro, por vista a fortalecer todo o pensamento africano e diaspórico.

AS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO: PRODUÇÃO INTELLECTUAL INVISIBILIZADA, RACISMO E APROPRIAÇÃO

Ao longo do tempo pesquisadores de diversas áreas do saber passaram a “se aventurar” nos territórios favelados em busca de produzir estudos e informações diversas, desde estudos sobre questões relacionadas à saúde até pesquisas antropológicas sobre modos de vida. Inúmeras pesquisas foram produzidas a partir das mais diferentes linhas teóricas e originaram muitas produções como filmes



cinematográficos, documentários, livros, revistas, notícias, produzidos por pesquisadores que historicamente ocupam as cadeiras das universidades e das instituições de ciência. Importante destacar que esses pesquisadores que ao longo dos últimos 120 anos produziram narrativas sobre as favelas e/ou a partir delas são os mesmos que ainda ocupam de forma hegemônica os quadros das universidades e outras instituições de ciência. Apesar dos progressos alcançados pela população negra nos últimos anos, os pesquisadores de renome ainda são brancos e/ou advindos de classes mais abastadas. A título de exemplo estatístico, em 2004 os estudantes negros universitários eram 16,7% já em 2014 esse número passou para 45,5%, ainda assim, o número de estudantes brancos seguiu crescendo e passou de 47,2% em 2004, para 71,4% em 2014, mantendo uma diferença de quase 30%.

O avanço ainda maior da população branca no tocante ao acesso ao ensino superior demonstra a continuidade dos privilégios daqueles que na educação básica tiveram acesso garantido a mais tempo de estudo. Ou seja, quando nos referimos à construção das narrativas via elaboração acadêmica das pesquisas, estamos afirmando que as análises realizadas estão entranhadas de uma visão de mundo estabelecida pelas camadas mais abastadas da sociedade que são as camadas sociais majoritariamente brancas e privilegiadas.

Os indicadores sociais brasileiros são prova cabal da subalternidade imposta à população negra em relação à população branca no tocante ao acesso às políticas públicas, não só à educação básica e superior. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) as pessoas negras ainda figuram em maior número no trabalho informal, e em proporção reduzida quanto à contribuição e cobertura da previdência pública e privada, índices que reverberam diretamente em outros indicadores como letalidade violenta, encarceramento, entre outros. Portanto, consideramos fundamental manter no horizonte que, sendo essa parcela da população privilegiada a assumir o lugar consagrado dos produtores de conhecimento, são também esses que vão selar a produção acadêmica com suas análises. Dito isto, nossa análise exige uma breve retomada histórica quanto ao nascimento das favelas no país para que possamos captar elementos sem os quais não será possível prosseguir.



O termo favela amplamente difundido, teria se forjado a partir do início do século XX na cidade do Rio de Janeiro, principalmente, por ter se tornado alvo de políticas de revitalização (que visavam seu fim), tendo se tornado, conseqüentemente, pauta na imprensa, já que naquele momento estavam sendo realizadas algumas importantes intervenções públicas na cidade.¹⁷ Contudo, a história das favelas começou por volta do fim da década de 1890, com a ocupação do atual Morro da Providência por combatentes recém-chegados da Guerra de Canudos (1896-1897), que se juntaram a negros nascidos libertos (por conta da Lei do Ventre Livre de 1871) e outras pessoas pobres e negras para garantir sua moradia. O nome favela teria sido dado ao Morro por conta de uma planta característica no local que teria sido reconhecida pelos combatentes da Guerra de Canudos como sendo a planta chamada *favella*.

Ao longo dos séculos as favelas foram ganhando territórios não somente nos morros da cidade – como é o caso da favela localizada no Morro da Providência – mas também em outros territórios planos. Essa história que hoje tem mais de mais de cem anos, fez com que, ao passar do tempo, as favelas se tornassem atrativas para pesquisadores de diversas áreas, curiosos para compreender sua sociabilidade, forma de vida, perfis de saúde, assim como a violência, que também faz parte do imaginário popular desde sua origem, sempre relacionada à questão da *raça* das pessoas que ali viveram e vivem (como demonstramos, a população negra era considerada pelos grupos eugenistas como propagadoras de doenças). A título de exemplo, Malaguti Batista (2003), ao dissertar sobre a produção do medo na cidade do Rio de Janeiro chama atenção para o fato de que ainda no século XIX, a reboque das notícias sobre a Revolta dos Malês (1835)¹⁸ e toda uma cultura hegemônica de animalização das pessoas negras dados os séculos de escravidão, o Rio de Janeiro reproduzia ideias racistas criadas ainda no século XVI na Europa. Assim, as classes dominantes referiam-se à população empobrecida que formou cortiços e favelas no início do século XX como “[...] uma

17 Lembremo-nos da Revolta da Vacina (novembro de 1904) e a implementação do Plano Agache (década de 1920).

18 A Revolta dos Malês aconteceu em uma noite de janeiro de 1835 na Bahia. Tratou-se de algumas ações insurgentes organizadas e realizadas por escravos islamizados que durante algum tempo comunicaram-se principalmente por cartas escritas em idioma árabe. A revolta durou pouco mais de 24h, mas foi organizada por um longo período no qual, inclusive, escravos foram alfabetizados na língua do Alcorão.



população mestiça, degenerada e, por isso, patológica e muito perigosa [...]” (Wacquant *apud* Malaguti Batista, 2003, p.8-9).

Os estereótipos se tornaram perenes na sociedade brasileira quanto às favelas e seus moradores. É possível fazer essa afirmativa, por exemplo, ao compararmos duas notícias publicadas em meios amplamente conhecidos: uma delas, de 1909 publicada pelo jornal *Correio da Manhã* que se referia às favelas como “aldeias do mal” (Matos, 2007) e outra publicada em novembro de 2010 na Revista *Época*, da editora *Globo*, que se referiu ao Complexo do Alemão (conjunto de favelas localizados na Zona Norte da cidade) como “coração do mal carioca”.

Essas marcas subjetivas criadas e legitimadas por inúmeras elaborações racistas, que, como dissemos, pairavam sobre o país, foram fundamentais para que às favelas fossem atribuídas as alcunhas de propagadoras de doença e criminalidade, de “vilarejos endemoniados” (Matos, 2007), tanto que o Morro do Castelo, que existia no Centro da cidade, foi completamente destruído nos primeiros vinte anos do século XX. As favelas foram colocadas à margem da sociedade brasileira não somente pela campanha pública para sua destruição, mas no tocante ao acesso a direitos básicos ao longo do desenvolvimento do Estado brasileiro, desde o Império até a República, sempre com a marca do racismo voltado a seus moradores. Já em 1948, realizado o primeiro censo de favelas do Rio de Janeiro o texto introdutório oficial anunciou que os pretos e pardos prevaleciam nas favelas porque eram “hereditariamente atrasados”, “mal ajustados às exigências modernas”, assim como “não teriam sabido aproveitar a liberdade para adquirir melhoria econômica” (Zaluar; Alvito, 2006).

Os autores trazem ainda algumas produções acadêmicas elaboradas na década de 1970 que colocavam as favelas como espaços importantes, com destaque para a forma comunitária de sua existência. Interessante notar que Zaluar e Alvito (2006) afirmam ainda que os estereótipos atribuídos às favelas no âmbito do Rio de Janeiro, por outro lado, quando percebidos por pessoas de outros estados ou estrangeiros, eram de alguma maneira, colocados para a cidade como um todo, já que a história das favelas se entrelaçava com a da cidade, mais uma característica que perdura no tempo, não à toa,



as pinturas da favela desde Tarcila Amaral (1924) até os produtos artesanais produzidos para os estrangeiros são notoriamente reconhecidos em todo o mundo como sendo “as favelas do Rio de Janeiro”.

A obra de Zaluar e Alvito, por outro lado, é um dos estudos publicados de pesquisas acadêmicas realizadas em favelas e que são até os dias atuais utilizadas para se referir a esses territórios (tal qual fizemos acima). A obra escrita ainda na década de 1990, não problematiza, por exemplo, a questão racial, embora atravessada por ela do início ao fim, e, portanto, deve ser lida com cautela considerando o tempo histórico em que foi escrita. Dada as complexidades do tema, muitos pesquisadores incorrem em erros graves ao se apropriarem de textos datados como se tratassem de uma verdade absoluta. Além disso, em se tratando de um país que mantém vivo o *mito da democracia racial*, qualquer produção acadêmica que não se reporte a falar sobre o histórico de privações que levaram a população negra para as favelas deve ser lida com cautela para que sejam apontadas as omissões.

Muitos pesquisadores ao longo do tempo utilizaram diversas metodologias para a realização de suas produções acadêmicas: grupos focais, entrevistas, observações, pesquisa-militante, assim, importantes pesquisas como a citada anteriormente e outras que se seguiram ao longo dos anos até o presente momento, se tornaram referência. O resultado dessa produção intelectual/acadêmica/teórica, sempre contou em alguma medida com a participação das pessoas locais, fosse dividindo suas próprias reflexões, fosse fornecendo informações relevantes, etc.

Recentemente com a implementação de políticas públicas como as cotas raciais e sociais em universidades, por exemplo, foi possível garantir certa disputa quanto às narrativas desenvolvidas a partir dessas pesquisas. Quilombolas, indígenas, militantes de movimentos da luta pela terra, assim como favelados,¹⁹ passaram a compor o quadro de alunos das mais importantes universidades do país para falar de suas próprias

19 O termo *favelado* carregou durante muitos anos um peso negativo na história das cidades, contudo buscamos marcar a resignificação do termo a partir de uma retomada identitária positivada. Essa “retomada identitária” que resignifica o termo *favelado*, busca marcar posição de que, as favelas e os favelados hoje disputam as narrativas a partir do seu lugar de origem enquanto produtores de conhecimento.



realidades, tendo por vista a produção intelectual.

Nesse giro, ainda muito aquém do que de fato é possível realizar, o retorno desses pesquisadores aos seus locais de origem, permitiria além da própria devolutiva acerca de seus trabalhos – um importante compromisso ético para qualquer pesquisador –, a possibilidade de reconhecimento da intelectualidade existente nesses locais, intelectualidade esta que historicamente contribuiu para que pessoas de outras classes sociais pudessem estar na academia construindo narrativas a respeito daquela realidade, localidade e das pessoas que nela vivem

O que se tem percebido é um movimento cada vez maior de retorno ao local de origem por parte de muitos pesquisadores principalmente no campo das ciências sociais, o que vem permitindo o reconhecimento cada vez maior de uma intelectualidade que muitas vezes não está nos bancos universitários ou das instituições de ciência. Seja nas favelas, nas aldeias, nos quilombos ou nos acampamentos dos movimentos de luta pela terra, a teoria outrora apropriada por pessoas abastadas e privilegiadas, vem sendo utilizada com novos rumos, novos olhares e mais que isso, com um olhar crítico que permite rediscutir qual a intelectualidade de fato transformaram e transforma a vida nesses locais.

Como destaca hooks (2003)²⁰ nem sempre pessoas que tenham passado pela universidade são intelectuais, nesse sentido, intelectuais seriam aqueles que refletem e elaboram sobre a realidade com vistas a transformá-la. Assim, sujeitos que outrora foram tidos como “objeto a ser estudado, descrito e conceituado” e que tiveram suas reflexões apropriadas para a manutenção do *status quo* dos privilegiados que não abrem mão de seguirem construindo as narrativas e os discursos hegemônicos a partir da academia.

É nesse sentido que consideramos a implementação real da Lei nº 10.639/03 como um dos principais caminhos a ser percorrido para que definitivamente possam ser

20 Necessário chamar atenção que, bell hooks, importante autora intelectual feminista negra estadunidense coloca a grafia de seu nome em letras minúsculas como forma de manifesto à necessidade de que seus leitores atenham-se apenas ao conteúdo de sua produção e não ao seu nome de forma individual.



invertidos os polos de poder garantindo aos sujeitos expropriados de sua própria história e de sua intelectualidade, assumir de fato o lugar de sujeito e não mais de objeto. Por aqui enveredamos para ressaltar a importância da lei para o fortalecimento dessa construção epistemológica, sendo uma importante conquista para toda a população negra desse país, como meio de seguir resistindo e produzindo saberes, inclusive, nos espaços consagrados de produção e reprodução do conhecimento: as escolas!

A LEI 10.639/ 03 COMO UMA IMPORTANTE FERRAMENTA PARA O ACESSO À ESCOLARIZAÇÃO

A história brasileira é marcada pela herança da escravização da população negra africana, e como já dissemos anteriormente, somos um povo de resistência, lutamos para estarmos até hoje nessa história, no entanto, queremos contar a nossa história de outras formas, aliás, queremos construir outra história que não seja de sofrimento e resistência apenas. O século XX é marcado por processos de lutas e defesa para o acesso aos direitos de cidadania, que no Brasil constam na Constituição Federal de 1988, porém, esse acesso é desigual para população negra e branca.

A educação está entre esses direitos sociais e que é um exemplar movimento desse acesso restrito às negras e negros como demonstramos anteriormente. Vejamos os dados que retiramos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004, p. 07):

Nesse sentido, ao analisar os dados que apontam as desigualdades entre brancos e negros na educação, constata-se a necessidade de políticas específicas que revertam o atual quadro. Os números são ilustrativos dessa situação. Vejamos: pessoas negras têm menor número de anos de estudos do que pessoas brancas (4,2 anos para negros e 6,2 anos para brancos); na faixa etária de 14 a 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior do que o de pessoas brancas na mesma situação; cerca de 15% das crianças brancas entre 10 e 14 anos encontram-se no mercado de trabalho, enquanto 40,5% das crianças negras, na mesma faixa etária, vivem essa situação.

Se o acesso é desigual, o movimento negro ao longo de décadas de lutas pautou e pauta formas de reparação, e esta deve ser contínua, sistemática, abrangente e



eficiente, e por isso devemos buscar a ampliação de todas as ações afirmativas como medidas importantes, ainda que saibamos que são paliativas e imediatas, mas são elas que têm nos garantido acesso à educação, principalmente ao ensino superior – e não é por acaso que a branquitude tanto se incomoda com as cotas.

Pensando que a escolarização continuada deve ser elaborada e pautada desde a educação infantil, o ensino médio, a graduação e a pós-graduação, reforçamos a Lei 10.639/03 como imprescindível ferramenta para a exequibilidade de tal tarefa. Esta lei foi promulgada em março de 2003, obrigando assim todas as escolas de ensino fundamental e médio da rede pública e privada a aplicar o conteúdo sobre a história de África e história afro-brasileira. Ainda que seja uma grande vitória, o que temos assistido em mais de uma década, é que sua efetivação não tem se dado com o potencial que poderia ter e as dificuldades são diversas: 1. A resistência encontrada nas universidades – as mesmas que formam os professores e professoras que darão aulas na rede de ensino abrangida pela lei – não readequaram os seus currículos de ensino pensando os conteúdos necessários para implementação da lei, ficando a cargo dos discentes procurarem esse conteúdo ou não; 2. Pelo racismo arraigado na sociedade brasileira que nunca coloca como necessidade entender de fundo o que foi o maior holocausto mundial, ou seja, como se deu o sequestro da população africana trazida para as Américas para serem escravizadas, quais foram as rupturas e impactos e a partir disso, como se constituiu e se constitui a cultura afro-brasileira, e que hoje se manifesta através do conjunto de desigualdades no país; 3. A falta de investimento de recursos públicos para a formação das professoras e dos professores que já estão na rede de ensino e daqueles ainda em formação – isso para citar alguns pontos cruciais para a implementação exitosa dessa importante conquista.

As universidades são espaços extremamente elitistas, frequentadas majoritariamente por pessoas brancas, pouco acessadas por pessoas negras, é hoje reconhecidamente o maior meio de produção de conhecimento científico. Esse ambiente já consolidado e estruturado se mostra desde muito tempo impermeável às mudanças em sua forma de ensino, pesquisa e extensão, e somente quando a população negra se põs às ruas para a luta, defesa e acesso aos direitos de cidadania, que a mesma fora



obrigada a se abrir para essa população.

Sabemos que a primeira universidade data-se do ano de 1150, na Itália, comandada pela Igreja Católica, inaugurando o primeiro curso de Direito, e era frequentada por aqueles que pudessem pagar pelos estudos, isto é, o clero e a nobreza. Já no Brasil a experiência se deu através da Escola de ensino superior de Cirurgia, em 1808, na Bahia, seguida pelas faculdades de Direito em Olinda e São Paulo, em 1927; e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, tal como se configura hoje – como espaço com diversas áreas do saber – foi fundada em 1920 (Faria, 2017). Aqui também não fora diferente, o público frequentador foram os filhos das elites.

Em menos de três anos a universidade brasileira completará um século de existência, e somente nos anos 2000, que a população que compõe a sua maioria numérica passa a ter acesso a esse espaço através das cotas. E aqui dialogamos com o ponto um e dois citados acima sobre a dificuldade em implementar a Lei 10.639/ 03, pois é essa mesma universidade que não abrangia em seu quadro de discentes – e não tocamos no quadro de docentes – a população negra até menos de duas décadas atrás; que não tem em seu currículo a história de África e da população afro-brasileira que construiu esse país, o que inclui até mesmo o espaço físico destas universidades; que não pauta o racismo como estruturante para o capitalismo brasileiro, que mesmo depois das cotas (hoje denominada políticas de ações afirmativas), não viabiliza a permanência dos estudantes advindos dela. Por fim, que se mostra hostil às mudanças pautadas pela entrada da população preta, mas que teve que se abrir à custa de lutas e assim permanecerá em disputa para o pleno acesso da negritude.

Hoje, mais do que acessar os cursos de graduação, queremos estar nos espaços de decisões das universidades, queremos ser professores, diretores de departamentos, reitores; discutir a inclusão dos temas étnicos e raciais para formar professores, para inclusive, ministrar aulas nas redes de ensino onde se tenha que implementar a Lei 10.639/03. A começar por lutar pela ampliação dos recursos públicos na formação dos professores atuantes e dos novos, a alterar a estrutura da rede de ensino, das diretrizes curriculares, enfim, as escolas precisam ser espaços de acesso ao conhecimento socialmente produzido, o que inclui a história de África e afro-brasileira.



Por outro lado, vivenciamos um momento de desmonte dos direitos sociais recém conquistados na Constituição Federal de 1988, e na educação recém acessados pela população negra, com vistas a privatização do ensino público, em especial às universidades. E ao nosso entender não é acidental esse processo de retirada dos direitos sociais, ao contrário, é a sociedade brasileira elitista, racista que está querendo dizer não mais uma vez às negras e aos negros.

Faz-se necessário intensificar o nosso ativismo na luta pela educação pública, laica e de qualidade, ainda que seja remar contra a maré. Sabemos que na cultura ocidental a forma socialmente aceita de compreensão de mundo se dá através do conhecimento científico, e temos que disputar todos os espaços de poder desde onde se formula, onde se aprova e onde se implementa. E por isso pautar a implementação dessa importante lei é uma forma de ampliar saberes, disputar conhecimentos, ampliar a entrada da população negra em todas instâncias educacionais, e também ocupar os espaços de poderes. Vivemos em tempos que devemos conjugar o ativismo político com o acesso ao conhecimento, para que enfim possamos gritar: **Black Power!!!**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a luta contra o racismo se dá no campo da ciência, da política, da economia, da cultura e que para avançarmos teremos que reformulá-las por completo, pois são mecanismos de dominação de toda população não branca. Nossos passos para o fim das relações de exploração e dominação branca vêm de longe, e é nosso dever continuá-los, e para tanto, temos que continuar a nos instrumentalizar de todas as formas para sairmos vencedores dessa batalha. Na ciência devemos ocupar todos os lugares de ensino, pesquisa e extensão; na economia temos que ir para além dos lugares sociais que nos legam (em geral no setor de serviços), devemos ser proprietários, estar na gerência, e nos altos postos de comando e quando uma sobe, deve-se puxar a outra; na cultura já somos os produtores, precisamos ser reconhecidos, valorizados e ganhar financeiramente por isso. Isso porque estamos falando em nos mantermos vivos em uma sociedade produtora de mercadoria, onde o dinheiro regula todas as relações, e que se somos nós quem edificamos esse país, então somos nós quem devemos deste feito.



Precisamos a partir dessa construção social enfrentar o racismo institucional que é um dos mais importantes fatores que impedem a implementação real da Lei 10.639/03. Para Gomes (2012, p.53) o racismo institucional:

[...] implica práticas discriminatórias sistemáticas cometidas pelo estado ou com o seu apoio indireto. Estas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos tanto na presença de personagens negros com imagens de tomadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil. Manifestam-se também na mídia (propagandas, publicidade, novelas) a qual insiste em retratar os negros, e outros grupos étnico/raciais e vivem uma história

Retomar a história das importantes criações dos muitos povos de África ainda no ensino básico é reconstruir a subjetividade da população negra, é garantir que possamos enfrentar as narrativas históricas que nos subalternizaram e que garantiram sucesso às incidências que permitiram, por exemplo, a aprovação de leis que fizeram da população negra o principal alvo das políticas criminais, já que são as pessoas negras aquelas colocadas na marginalidade em todos os sentidos pelo impedimento de acesso a direitos básicos de cidadania.

As favelas são a concretização da segregação programada no âmbito das cidades para a manutenção da subalternidade social da população negra, infelizmente mesmo com o passar do tempo e a conquista da igualdade formal, seguimos ainda com educação de qualidade duvidosa – pela pouca destinação de recursos e problemas ambientais, assim como pela precarização dos serviços públicos – e uma população visada pela academia como objeto de estudo, tendo ignorada ou apropriada toda a reflexão produzida nesses territórios.

Sem dúvida seguimos em um *continuum* importante, alcançamos a universidade, ainda que de forma residual, em constante relação de troca com os territórios onde vivemos, e estamos produzindo intelectualmente. Assim, percebemos quão ricas são nossas reflexões e a necessidade de que elas sejam reconhecidas por toda a sociedade enquanto conhecimento científico. Esse círculo virtuoso, que se configura em uma relação dialética, pode garantir à população negra de fato a retomada do que lhe pertence, sua história, seus espaços físicos e modos de vida.



REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ana Luiza Mello de. *Escravidão no Brasil*. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/escravidao-no-brasil/>. Acesso em: 02 agosto 2017.
- BRASIL. *Perfil da população negra por estado*. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2014.
- COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Brasília: *Revista Sociedade e Estado*, v 31, n1, jan-abril 2016.
- FARIA, Caroline. *Como surgiram as universidades?* Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/como-surgiram-as-universidades/>. Acesso em: 16 agosto de 2017.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- FERREIRA, Thiado. *O que foi o movimento de eugenia no Brasil: tão absurdo que é difícil de acreditar*. (Geledés). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>. Acesso em: 06 agosto de 2017.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- HOOKS, Bell. *Intelectuais Negras*. Estudos Feministas. Ano 3 jun/1995 464^a478 Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>
- JUNIOR, Henrique Cunha. *Revista da ABPN* • v. 9, n. 22 • mar -jun 2017, p. 107 – 122. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/400/354>. Acesso em: (02 agosto 2017)
- LUKÁCS, Gyorgy. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007, p. 225-245.
- MALAGUTI BATISTA, Vera. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- MATTOS, Romulo Costa. Aldeias do Mal. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 3, nº 25, Rio de Janeiro, 2007, p.28-33.
- MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica. São Paulo: *Revista Principio*, n. 34, p. 28-38 1994.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- PRADO JUNIOR, Caio; FERNANDES, Florestan. *Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.



ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2007.

SALAES, Robson. *Acesso de Negros a Universidade cresce; maioria ainda é branca*. Disponível em: www.valor.com.br/brasil/4342534/ibge-acesso-de-negros-universidade-cresce-maioria-ainda-e-branca Acesso em: 20 agosto 2017.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. *Um século de Favela*. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Recebido em setembro de 2017
Aprovado em dezembro de 2017